



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA SOCIEDADE, FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL

PROJETO DE EXTENSÃO
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SAÚDE EM TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS
NOVA EDIÇÃO

PROPONENTE:

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social - NISFAPS

PROFESSORAS INTEGRANTES DO NISFAPS:

Dra. Keli Regina Dal Prá - DSS (Coordenadora do Projeto de Extensão)
Dra. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski – CNM
Dra. Edilane Bertelli - DSS
Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni - DSS
Dra. Liliane Moser - DSS
Dra. Michelly Laurita Wiese - DSS
Dra. Regina Célia Tamasso Miotto - DSS

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO – 2024

RESUMO

Este projeto de extensão universitária, em sua nona edição, mantém-se voltado à formação continuada de profissionais que trabalham nos serviços (governamentais e não governamentais) de proteção social das políticas de assistência social e de saúde de todo o território nacional, implicados no trabalho social com famílias. Desenvolvido desde 2015, sua proposição corrobora a materialização do propósito do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de articulação ensino, pesquisa, extensão acerca da relação políticas sociais e famílias nos sistemas de proteção social e da intervenção profissional relativa ao trabalho social com famílias. Em específico, o projeto visa à reflexão permanente dos múltiplos condicionantes e concepções para romper com práticas preconceituosas, discriminatórias, conservadoras - naturalizadas no trabalho social com famílias, que reforçam expectativas e “papéis” tradicionais em relação às famílias e às mulheres na provisão de cuidados ao seu bem-estar. Concomitantemente, a partir do cotidiano dos serviços, instigar a construção de metodologias interdisciplinares no trabalho social com famílias, mudanças na dinâmica dos serviços ofertados às famílias que necessitam de proteçõesocial do Estado para garantia dos direitos de cidadania, bem como a consolidação de espaço público gratuito à formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional Continuada; Políticas de Proteção Social; Trabalho Social com Famílias; Extensão Universitária.

ÁREAS TEMÁTICAS:

- Direitos Humanos e Justiça
- Trabalho

LINHA DE EXTENSÃO:

- Educação profissional

PERÍODO DO PROJETO DE EXTENSÃO: 1º de março a 31 de dezembro de 2024.

PERÍODO DO BOLSISTA NO PROJETO DE EXTENSÃO: 1º de março a 31 de dezembro de 2024.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DO PROJETO DE EXTENSÃO

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS), Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde sua institucionalização em 2013, tem se centrado na reflexão da relação entre políticas sociais, famílias e proteção social, na sociedade brasileira especialmente, com os intuitos de produzir e socializar conhecimentos, corroborando para qualificar continuamente as práticas profissionais no âmbito das diversas políticas sociais, de contribuir para a constituição de espaços de reflexão e construção de metodologias de trabalho social com famílias, em particular, no campo do Serviço Social – o qual, de longa data, trabalha com famílias no cotidiano da intervenção profissional e desenvolve projetos de extensão no processo de formação universitária –, de desenvolver atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão para construir e aprofundar conhecimentos e análises da complexa relação que envolve essa temática e as intervenções profissionais envolvendo famílias no âmbito das políticas de proteção social.

Não por acaso, portanto, a proposição desse projeto de extensão a partir de 2015. Mais ainda, quando consideradas as finalidades próprias da instituição Universidade, as diretrizes que norteiam a formação e o trabalho profissional em Serviço Social (consoante ao projeto ético-político), assim como as demandas formuladas pelos trabalhadores – particularmente, assistentes sociais – atuantes nessas políticas sociais. A manifestação desses agentes sociais tampouco fora casual. Seja porque relacionada aos rumos políticos e normativos dessas políticas sociais, seja porque, decorrente disso, comunicada continuamente a integrantes do NISFAPS, quando convidadas para eventos dessa e de outras categorias profissionais.

No cenário nacional, o tema família tem adquirido cada vez mais relevância, tanto nos debates acadêmicos quanto nos serviços no âmbito das políticas sociais – em razão das diretrizes adotadas pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal relacionadas à própria Constituição Federal de 1988, da perspectiva de Estado de Bem-Estar constituída e, não menos, em face da ideologia neoliberal que as tem orientado hodiernamente (BOSCHETTI *et al.*, 2008). Nesse sentido, os rumos das políticas sociais revelam, cada vez mais, processos de responsabilização das famílias na provisão de bem-estar social, nos quais os assistentes sociais, embora não exclusivamente, estão diretamente implicados (MIOTO, 2012, 2014, 2016).

Concomitantemente, difundiu-se nesse contexto e no campo do Serviço Social a “linguagem” dos direitos de cidadania e dos direitos humanos, os quais se confrontam com essas tendências das políticas sociais que impactam a intervenção profissional. Porém, também são observados discursos normativos e práticas sociais dirigidas à proteção social que, ao contrário, reiteram responsabilidades às famílias e às mulheres, naturalizando, estigmatizando, discriminando-as. Imperativo, portanto, questionamentos e reflexões acerca do trabalho social com famílias, dos quais essa proposta de extensão voltada à formação profissional continuada

constitui uma possibilidade para essa interlocução entre o trabalho profissional, a realidade social e seus múltiplos determinantes.

O campo profissional do Serviço Social desde sua emergência na sociedade brasileira, na segunda metade da década de 1930, desenvolve formas de ações sociais dirigidas à família, portanto, não se trata de novidade para os trabalhadores dessa área. Destacou-se, porém, ao longo dessa trajetória nos processos de abordagem às famílias a perspectiva de orientação positivista-funcionalista. Neste sentido, “aprimoraram os seus instrumentos e técnicas direcionados para o processo de averiguação e controle dos modos de vida das famílias, (...) através de um forte processo de burocratização dos procedimentos e de regulamentação para a condução do atendimento às famílias” (MIOTO, 2010, p.164).

Todavia, mais recentemente, a família “voltou à cena cotidiana” do trabalho profissional, tanto em debates e produções acadêmicas, quanto nos espaços sociocupacionais. Movimento relacionado à implantação da Constituição Federativa da República do Brasil de 1988 (CF/1988), que representou o reconhecimento de necessidades e a ampliação de direitos sociais de cidadania, bem como de novos sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo em que houve esses reconhecimentos constitucionalmente, a família tornou-se enaltecida na Carta Magna, conforme se observa no artigo 226 (CF/1988), que define a família como base da sociedade e a afirma como signatária de proteção especial do Estado.

A família adquiriu, portanto, centralidade nas regulamentações infraconstitucionais relacionadas a esses direitos e às respectivas políticas sociais – da assistência social, da saúde, do idoso, da criança e do adolescente, por exemplo. Entretanto, no cotidiano da “vida como ela é”, representou para as famílias, em particular aquelas pobres economicamente – que não são poucas –, além da responsabilização pelo cuidado e proteção de seus integrantes, independentemente das condições objetivas, também a sobrecarga às mulheres e a culpabilização das famílias, consoante constatações de estudos de diferentes áreas do conhecimento (TRAD, 2010).

As políticas de proteção social que emergiram e se objetivaram em inscrições institucionais normativas (jurídico-administrativa) implicam levar em conta as concepções de família que as sustentam, e, necessariamente, considerar as formas de proteção social, as quais, face às características da constituição do sistema brasileiro de proteção social e das prerrogativas do Estado no âmbito da regulação social, tendencialmente se configurara políticas sociais seletivas, fragmentadas e residuais para parcelas significativas da sociedade (DRAIBE, 1993), donde coube historicamente à família o papel central na provisão de bem-estar (MIOTO, 2010, 2016).

Ainda que tenham ocorrido (não sem conflitos e contradições) avanços no campo das regulações de direitos de cidadania na constituição dessas políticas sociais, que possibilitaram o acesso a tais direitos, e na própria configuração da relação entre Estado e Sociedade, não se

eliminaram a persistência de desigualdades (de classe, gênero e étnico-raciais) e injustiças sociais – cujas manifestações afetam diretamente as condições de vida e de trabalho das famílias brasileiras, mais ainda conforme esses “pertencimentos” sociais. Além dos enfrentamentos cotidianos a essas condições, a responsabilização e a sobrecarga às famílias pobres podem ser vislumbradas nas condicionalidades de determinadas políticas sociais, com as quais trabalham os profissionais de diversas áreas sociais.

Algumas das reflexões teóricas contemporâneas relativas ao contexto brasileiro sobre as interfaces famílias e políticas sociais, não exclusivas ao campo do Serviço Social, apontaram como tendência recorrente nas últimas (duas ou três) décadas a perspectiva familista, que defende a centralidade da família apostando na capacidade imanente de cuidado e proteção, em contraposição a perspectiva protetiva, que defende a capacidade de cuidado e proteção da família relacionada ao cuidado e proteção garantidos pelas políticas sociais, portanto, pelo Estado (MIOTO, CAMPOS, CARLOTO, 2015; PEREIRA, 2006; TEIXEIRA, 2010, 2013). A perspectiva protetiva, indubitavelmente, orienta a concepção e a condução desse projeto específico de extensão universitária, uma vez implicada, inclusive eticamente, a defesa de direitos sociais e, por conseguinte, do acesso aos benefícios e serviços sociais que dão concretude à cidadania das famílias e dos indivíduos que as compõem.

Partindo desse substrato teórico e societário, através do envolvimento de professoras e estudantes (de diferentes níveis de formação acadêmica) com a qualificação dos discursos e das práticas profissionais, especificamente no trabalho social com famílias, o NISFAPS iniciou a trajetória desse projeto de extensão. Além disso, a UFSC, através desse projeto, constituiu-se referência primeira nessa modalidade de formação continuada, pública e gratuita, para trabalhadores dos serviços das políticas de assistência social e de saúde no trabalho social com famílias, em especial, assistentes sociais.

Para tanto, essa extensão universitária se concretizou (e concretiza-se) com o comprometimento de professoras dos Departamentos de Serviço Social e de Economia e Relações Internacionais, de estudantes de cursos de graduação e também da pós-graduação em Serviço Social, da UFSC. Concomitantemente, ao abranger como “público-alvo” os profissionais de diferentes áreas de formação (serviço social, psicologia, educação, direito, enfermagem) e que são, majoritariamente, servidores públicos municipais, convergiram os princípios da indissociabilidade do conhecimento e do compromisso social da Universidade, através de suas próprias finalidades, com a qualidade dos serviços públicos necessários à efetivação de direitos de cidadania. E, portanto, não menos, em conformidade aos princípios éticos que orientam o próprio campo profissional do Serviço Social.

O projeto de extensão, consoante ao exposto, não se constituiu e, tampouco, se manteve desenvolvido ao acaso. Deve-se, em síntese, a múltiplos condicionantes – macrossociais e, também, microssociais. Assim, para “situar” a recorrência dessa demanda por formação profissional continuada no âmbito da relação família, proteção e políticas sociais,

especificamente no trabalho social com famílias, o montante de profissionais inscritas/os a cada edição apresentada ao “público-alvo” dão indicativos nesse sentido. A primeira experiência, executada em 2015, direcionada a gestores e técnicos dos serviços públicos das políticas de saúde e de assistência social, disponibilizou 70 vagas (duas turmas de 35 participantes – uma matutina e outra vespertina) e recebeu 314 inscrições. Todavia, em face da disponibilidade de tempo (carga-horária) da equipe executora, decorrida das múltiplas responsabilidades acadêmicas, nas experiências posteriores diminuiu-se pela metade o número de vagas – 45 numa única turma matutina. Assim, em 2016, contemplou especificamente os técnicos das equipes dos serviços governamentais dessas políticas sociais e foram 128 os inscritos. Na terceira, de 2017, que abrangeu técnicos vinculados aos serviços governamentais e não governamentais dessas políticas de seguridade social, inscreveram-se 234 profissionais e, na quarta edição, em 2018, foram 209 os que efetuaram a inscrição. Na edição de 2019 os inscritos totalizaram 164. Em 2020, na 6ª edição, ampliou-se a abrangência para o território nacional e a quantidade de turmas: na primeira com 45 vagas concentrada em fevereiro e presencial inscreveram-se 195 profissionais e, na segunda, com 60 vagas e organizada no modo online com encontros remotos (decorrente da pandemia de covid-19) foram 896 os inscritos. Por conta da pandemia, excepcionalmente, no ano de 2021, o projeto não teve turma, sendo retomado em 2022 (7ª edição). Em 2022 recebeu-se 107 inscrições para 44 vagas na modalidade virtual a fim de abranger as diferentes regiões do estado de Santa Catarina. A oitava edição realizada em 2023, contou com 2 turmas de 40 participantes na modalidade presencial, onde se inscreveram 115 pessoas de todo o território nacional. Conforme observado das inscrições, em todas as edições apresentadas ao público, a demanda superou significativamente o número de vagas disponíveis e a própria área de abrangência.

Ao longo desse processo, contemplou a participação de assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, enfermeiro, sociólogo, educador físico, portanto, profissionais de diversas áreas de formação acadêmica. Aspecto que fortalece o necessário debate interdisciplinar na formação e na intervenção profissional, em particular, quando se trata de trabalho social com famílias nas políticas de proteção social (BERTELLI, et all, 2019).

Conforme observado das inscrições, tanto para aqueles que não correspondiam ao “público-alvo”, quanto para aqueles que atendiam os critérios de seleção, em todas as edições a demanda superou a possibilidade de alcance. Assim, a necessidade da permanência dessa modalidade de formação fora corroborada pela demanda havida (total de inscrições), tanto da região de abrangência, quanto de outras regiões catarinense e unidades federativas. Reitera a continuidade desse projeto e, ao mesmo tempo, ratifica a ideia de extensão universitária para além de ações fragmentadas e descontínuas. Ou seja, trata-se, antes, de uma experiência de “extensão popular”, parafraseando Cruz (2011, p.61), a qual compreende “um trabalho empreendido por diversos atores interessados em vislumbrar um horizonte pintado com as cores da justiça, da equidade, da dignidade humana e de uma relação cuidadosa com o ambiente e o

mundo”.

Confluíram a esse aspecto as avaliações dos profissionais participantes do curso de formação continuada – realizadas durante e ao final de cada processo – as quais apontavam resultados que se repetiram: efeitos positivos das reflexões na ação profissional interdisciplinar das equipes de trabalho nos serviços sociais dessas políticas sociais; espaço profícuo de troca de experiências entre profissionais de várias áreas de formação, com atuação em diferentes serviços dessas políticas de seguridade social e oriundos de municípios com distintas características socioeconômicas e culturais; indicação de continuidade da proposição desse projeto de formação continuada em trabalho social com famílias. Estes resultados, somados a demanda significativa por capacitação em trabalho social com famílias e associados aos objetivos do NISFAPS fomentaram e fomentam a continuidade da proposição dessa modalidade de formação profissional nessa temática e questão social.

A interlocução desses múltiplos agentes contribuiu para o exercício da comunicação de saberes e da sua construção coletiva, mais ainda, se consideradas suas trajetórias sociais e, portanto, sua inserção em contextos específicos, com características diversas (de porte territorial e populacional, de atividades econômicas e de formação sociocultural), desiguais e contraditórias, nos e entre os vinte e dois municípios dessa região catarinense. Ao mesmo tempo, esse espaço formativo corrobora a articulação de conhecimentos entre graduação e pós-graduação, e, não menos, entre universidade e sociedade. Essa experiência reitera a compreensão e a vivência da extensão universitária como espaço de encontro de saberes. Concordando com Chauí (2001), à Universidade compete assegurar o espaço para o “pensar”, não reduzida, portanto, ao de mera transmissão de conhecimento, haja vista a diferença entre conhecimento e pensamento:

conhecer é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de ideias que constituem o saber estabelecido. Pensar é enfrentar pela reflexão a opacidade de uma experiência nova cujo sentido ainda precisa ser formulado e que não está dado (...), mas precisa ser produzido pelo trabalho reflexivo, sem outra garantia senão o contato com a própria experiência. O conhecimento se move na região do instituído; o pensamento, na região do instituinte (CHAUÍ, 2001, p.59).

Fatores os quais corroboram a proposição desta nova edição do projeto de extensão, denominado “Formação continuada de profissionais das políticas de assistência social e saúde em trabalho social com famílias”, e instigam o NISFAPS a perseguir nesse intento de interlocução acerca da vida social e da intervenção profissional. Almeja-se, entre outros, a continuidade da reverberação dessa formação para o questionamento e aprofundamento dos fundamentos teóricos, metodológicos e éticos que sustentam a atuação desses profissionais, considerados como agentes mediadores dos direitos sociais, no trabalho social com famílias nessas políticas de proteção social, bem como para a qualificação dos serviços ofertados aos cidadãos usuários, sujeitos de direitos dessas políticas sociais.

Ainda, consoante ao exposto, a proposta que ora se (re)apresenta possibilita a

continuidade do estreitamento da relação da Universidade e Sociedade, seja produzindo impactos no planejamento e execução das políticas sociais por meio do compartilhamento e construção de conhecimentos, seja possibilitando o acesso à formação continuada para a intervenção profissional na garantia de direitos sociais de cidadania, pública e gratuita, de profissionais de várias áreas, que trabalham em diferentes serviços dessas políticas sociais e em municípios distintos. E, neste sentido, não menos, constitui espaço pertinente e importante ao processo incessante de formação e qualificação de docentes e estudantes da graduação e pós-graduação, concomitantemente aos profissionais de diferentes áreas de formação, de intervenção e de espaços sociocupacionais.

Assim, para que os objetivos delineados sejam alcançados integralmente, fundamentais a participação de graduandos como bolsistas de extensão, tendo em vista o processo de formação profissional e social de estudantes, aproximando-os desde outro lugar no debate sobre políticas sociais, famílias e serviços sociais no atual conflituoso, contraditório e desigual sistema de proteção social. Noutros termos, possibilita vivência e experiência teórica, metodológica, política, ética e pedagógica nos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação envolvidos na consecução deste projeto de extensão.

2. OBJETIVOS

Geral

Capacitar profissionais das políticas de assistência social e de saúde de todo o território nacional em trabalho social com famílias.

Específicos

- Refletir com os profissionais a temática da família e suas múltiplas e contraditórias interfaces com as políticas sociais de proteção a partir do cotidiano dos serviços.
- Construir metodologias integradas no trabalho social com famílias nos serviços de assistência social e saúde na perspectiva de práticas interdisciplinares e fundamentadas teórica, ética e criticamente.

3. METODOLOGIA E PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DOS CONHECIMENTOS GERADOS

A consecução deste projeto de extensão requer, conforme os objetivos propostos e os fundamentos teórico-metodológicos, encontros quinzenais da equipe executora – composta pelos docentes do NISFAPS, estudantes bolsistas (PROEX-UFSC) do curso de Graduação e

do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos projetos de pesquisa se relacionam ao tema em questão – para fins de planejamento e monitoramento processual ao longo do período abrangido.

Em específico, no que se refere aos conteúdos do curso de formação profissional continuada em trabalho social com famílias nas políticas de assistência social e de saúde, sua estruturação compõe-se, sinteticamente, de dois eixos indissociáveis de discussão, em que se busca qualificar o trabalho dos profissionais a partir de análises da realidade social sobre as relações entre famílias, políticas sociais e sistemas de proteção social na perspectiva da teoria social crítica e, ao mesmo tempo, subsidiar teórica, metodológica e eticamente as práticas profissionais interdisciplinares no trabalho social com famílias, especificamente nessas políticas de proteção social.

Considerando a trajetória desse projeto de extensão e a experiência construída, delineou conteúdos fundamentais a serem trabalhados ao longo do processo de formação pela equipe executora, quais sejam:

- A política social brasileira e o trabalho social com famílias
- Família e trabalho social com famílias
- Estado, política social, serviços sociais e família
- Aspectos metodológicos do trabalho social com famílias (processos gestão e planejamento)
- Oficina de indicadores sociodemográficos e sociais
- Interdisciplinaridade/intersetorialidade no trabalho social com famílias nas políticas sociais
- Aspectos metodológicos do trabalho social com famílias (processos político-organizativos)
- Aspectos metodológicos do trabalho social com famílias (processos socioassistenciais)

Quanto à dinâmica de funcionamento, os conteúdos da nona edição do curso de formação continuada serão desenvolvidos diferentemente das versões anteriores. Para o ano de 2024 será ofertada uma turma de 40 participantes a ser realizada no mês de agosto, com encontros presenciais, perfazendo a carga horária de 40 horas/aula. Os encontros serão de segunda à sexta-feira, no período matutino e vespertino, a serem realizados na sala 217 – Bloco D do CSE, exceto as Oficinas de Indicadores Sociodemográficos e Sociais, que utilizará os Laboratório de Informática.

Outro fator que motivou o novo formato do curso foi aumentar a área de abrangência que até 2022 estava restrita à Região da Grande Florianópolis e ou Santa Catarina. Nessa proposta o curso será aberto para todo o território nacional, possibilitando atingir novos locais.

A concretização dessa proposta de formação profissional continuada requer a necessária constante articulação da equipe executora, donde estão incluídos necessariamente os bolsistas de extensão, para o planejamento, execução e avaliação das atividades, concomitantemente ao acompanhamento dos participantes nas atividades e suas demandas ao longo desse processo de formação em trabalho social com famílias nas políticas de assistência social e saúde.

Vale destacar que a experiência como estudante de graduação e bolsista de extensão, nesse projeto, conforme relato das próprias participantes, aproximou-as, de outro modo, ao cotidiano dos serviços e do trabalho profissional nessas políticas de proteção social, as quais, constitucionalmente, compõem a seguridade social brasileira. Igualmente, possibilitou a compreensão de sua complexidade, contradições e múltiplos determinantes – seja nas reuniões de discussão, planejamento e avaliação da equipe executora, seja no acompanhamento das reflexões nos encontros presenciais de formação, seja nos diálogos teóricos, éticos, metodológicos das reuniões mensais do NISFAPS.

Quanto aos estudantes de pós-graduação na consecução desse projeto, ocorreu a partir da segunda experiência: uma doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) em 2016, três doutorandos em 2017 e dois em 2018, desse mesmo programa. Em face do background de suas trajetórias acadêmicas e profissionais – doutorandos com experiências de trabalho na temática em questão –, contribuíram diretamente no desenvolvimento de conteúdos constantes do curso de formação, além da participação em reuniões de avaliação e planejamento da equipe executora e nos debates dos encontros mensais do Núcleo.

Ademais, indiretamente, graduandos e pós-graduandos participaram de algum modo, ao longo desse processo, haja vista que a temática do projeto de extensão constituía objeto central de reflexão nas reuniões mensais entre os integrantes do NISFAPS. Abertas a estudantes, profissionais e professores de áreas afins, desses encontros participavam (e ou participam) esses, aqueles e outros graduandos, mestrandos e doutorandos – alguns dos quais também servidores públicos municipais.

Quanto a socialização dessa experiência pretende-se que seja feita através de apresentação em eventos da área e ou específicos de extensão, além de sua publicização no *site* do NISFAPS e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS) – constituída no 6º Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa em Política Social e Família, organizado pelo NISFAPS e realizado entre 21 e 22 de setembro de 2017, na UFSC, aberto a participação da comunidade de forma gratuita.

Ainda, no que versa a publicização desse projeto de extensão, apoiado pela PROEX-UFSC, com bolsas de extensão a estudantes de graduação, destacamos os seguintes produtos:

- A síntese da experiência do projeto constituiu o Catálogo de Extensão da UFSC publicado em 2017 e 2018. Autoras: professoras integrantes do NISFAPS e bolsistas PROEX do projeto de extensão – Paola Gomes Ribeiro em 2017; Victoria Bosse Brinhosa e Virgínia M. Rodrigues em 2018;

- A comunicação oral intitulada “Processo de capacitação de profissionais das políticas de assistência social e de saúde em trabalho social com famílias” foi submetida e aprovada pela Comissão Científica do 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CBEU 2018, ocorrido entre 28 e 30 de junho de 2018, em Natal/RN. Devido aos imponderáveis, não foi possível

apresentar o trabalho presencialmente. Autoras: docentes Edilane Bertelli, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Keli Regina Dal Prá, Liliane Moser, Michelly Laurita Wiese, Rúbia dos Santos Ronzoni; graduanda Paola Gomes Ribeiro (bolsista PROEX do projeto em 2017);

- A comunicação oral nominada “Formação profissional continuada em trabalho social com famílias; projeto de extensão universitária em Serviço Social”, foi submetida e aprovada pela Comissão Científica do XXII Seminario Latinoamericano y del Caribe de Escuelas de Trabajo Social, realizado entre 24 e 27 de setembro de 2018, em Bogotá, na Colombia. Autoras: docentes Edilane Bertelli, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski, Keli Regina Dal Prá, Liliane Moser, Michelly Laurita Wiese, Regina Célia Tamaso Mito; graduandas Victoria Bosse Brinhosa e Virginia M. Rodrigues (bolsistas PROEX do projeto em 2018);

- A comunicação oral “Formação profissional continuada em trabalho social com famílias; projeto de extensão universitária em Serviço Social” foi apresentada no XXII Seminario Latinoamericano y del Caribe de Escuelas de Trabajo Social, realizado entre 24 e 27 de setembro de 2018, em Bogotá, na Colombia, pela coordenadora do projeto de extensão professora Edilane Bertelli;

-A comunicação oral “Formação profissional continuada: uma experiência de extensão universitária em Serviço Social”, submetida e aprovada pela Comissão Científica do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, a ser realizado entre 02 a 07 de dezembro de 2018, em Vitória/ES. Autoras: Edilane Bertelli (docente DSS), Virgínia M. Rodrigues (bolsista PROEX do projeto em 2018), Victória Bosse Brinhosa (bolsista PROEX do projeto em 2018), Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski (docente CNM), Rúbia dos Santos Ronzoni (docente DSS).

- A publicação do artigo “Experiência de extensão em políticas sociais: formação continuada em trabalho social com famílias”, de autoria de Bertelli, Edilane; Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski, Carmen ; Regina Dal Prá, Keli ; Moser, Liliane ; Laurita Wiese, Michelly; Bosse Brinhosa, Victoria ; Martins Rodrigues, VIRGÍNIA, na Revista Extensio, da UFSC em 2019.

- A publicação do artigo “Formação Profissional Continuada em Trabalho Social com Famílias Projeto de Extensão Universitária em Serviço Social” de autoria de BERTELLI, Edilane; Gelinski, C. R. O. G ; Dal Prá, K. R. ; Moser, Liliane ; Wiese, M. L. ; Mito, R. C. T. ; Brinhosa, V. B. ; Rodrigues, V. M. no Consejo Nacional para la Educación en Trabajo Social. (Org.). Proyecciones profesionales, académicas y de investigación para el Trabajo Social en América Latina y El Caribe ante el desafío de la crisis mundial.. 1ed. Bogotá: ALAEITS- Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social, 2019.

- A publicação do artigo “Extensão universitária em políticas sociais: formação em trabalho social com famílias” de autoria de Bertelli, Edilane; Brinhosa, V. B. ; Rodrigues, V. M. ; Gelinski, C. R. O. G ; Wiese, M. L. no III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL

E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2019, Londrina. Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, do IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e do III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina: UEL, 2019.

-A publicação do artigo “Extensão universitária em políticas sociais” de autoria de. Extensão universitária em políticas sociais. In: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE: o futuro da humanidade?, 2019, São Luís. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: "civilização ou barbárie: o futuro da humanidade". São Luís: UFMA, 2019.

- A publicação e apresentação oral do artigo “Formação continuada em políticas sociais” de autoria de Bertelli, Edilane; Brinhosa, V. B. ; Gelinski, C. R. O. G ; Mito, R. C. T. ; Wiese, M. L. ; RODRIGUES, V. M. . Formação continuada em políticas sociais. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2019, Florianópolis. Anais de evento SEURS: extensão e inovação. Florianópolis: UFSC, 2019.

4. PÚBLICO ALVO E IMPACTO COMUNITÁRIO

A proposta dirige-se aos profissionais que trabalham nos serviços (governamentais e não governamentais) de proteção social das políticas de assistência social e de saúde (como assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, sociólogos, antropólogos, advogados, entre outras áreas de formação).

Em face da demanda apresentada, a abrangência deste projeto de extensão universitária englobará todo o território nacional, considerando que será ofertado com módulos concentrados.

Almeja-se, entre outros, a continuidade da reverberação dessa formação para o questionamento e aprofundamento dos fundamentos teóricos, metodológicos e éticos que sustentam a atuação desses profissionais, considerados como agentes mediadores dos direitos sociais, no trabalho social com famílias nessas políticas de proteção social, bem como para a qualificação dos serviços ofertados aos cidadãos usuários, sujeitos de direitos dessas políticas sociais. Almejamos, em síntese, que a formação continuada promova, a partir de metodologias integradas no trabalho social com famílias, a superação de práticas profissionais que reforçam expectativas e papéis “tradicionais” das famílias, em particular das mulheres, nos cuidados familiares e, por conseguinte, no provimento de bem-estar de seus integrantes, bem como mudanças nas dinâmicas dos serviços no sentido tanto de desresponsabilizar às famílias como única ou principal “instância” de provisão do bem-estar, quanto de ofertar serviços sociais de qualidade aos cidadãos usuários. Se, em termos numéricos, serão abrangidos diretamente 40 profissionais que trabalham nessas políticas sociais, indiretamente, pretende-se a produção de seus efeitos alcance o conjunto da população empobrecida atendida pelos trabalhadores nesses serviços.

Consoante ao exposto na proposta ora (re)apresentada, tem-se no horizonte a possibilidade de continuidade do estreitamento da relação da Universidade e Sociedade, seja produzindo impactos no planejamento e execução das políticas sociais por meio do compartilhamento e construção de conhecimentos, seja possibilitando o acesso à formação continuada para a intervenção profissional na garantia de direitos sociais de cidadania, pública e gratuita, de profissionais de várias áreas, que trabalham em diferentes serviços dessas políticas sociais e em municípios distintos. E, nesse sentido, consolidando-se como espaço importante ao processo incessante de formação e qualificação de docentes e estudantes da graduação e pós-graduação, concomitantemente aos profissionais de diferentes áreas de formação, de intervenção e de espaços sociocupacionais.

Ainda, seja pela “natureza” investigativa e interventiva das áreas sociais abrangidas, seja pelo tripé que sustenta a formação universitária, seja pelas finalidades do NISFAPS, a execução deste projeto pretende inclusive a qualificação da supervisão acadêmica e de campo dos profissionais assistentes sociais que recebem acadêmicos para o desenvolvimento dos estágios – não obrigatórios e obrigatórios da graduação em Serviço Social da UFSC – através da fundamentação (imbricada) teórica, metodológica e ética e da troca de experiências, haja vista que a realidade dos serviços sociais tem colocado cada vez mais em evidência a importância da compreensão da relação família, Estado e políticas sociais no âmbito dos sistemas de proteção social. Nesta direção, o NISFAPS tem investido na construção de metodologias de trabalho social com famílias atendendo aos pilares fundamentais da Universidade: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade.

Nesse sentido, também se almeja a participação de estudantes de graduação como bolsistas de extensão, tendo em vista o processo de formação profissional e social de estudantes, aproximando-os desde outro lugar no debate sobre políticas sociais, famílias e serviços sociais no atual conflituoso, contraditório e desigual sistema de proteção social.

Noutros termos, possibilita vivência e experiência teórica, metodológica, política, ética e pedagógica nos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação envolvidos na consecução deste projeto de extensão.

Em síntese, como resultados esperados pode-se indicar a melhoria dos serviços sociais para as famílias, a formação continuada dos profissionais participantes, a contínua articulação ensino, pesquisa, extensão, a incessante construção e socialização de conhecimentos entre os diversos agentes envolvidos nesse processo, o fortalecimento da relação entre Universidade-Comunidade e da função social da Universidade.

5. EXEQUIBILIDADE

O projeto “Formação continuada de profissionais das políticas de assistência social e saúde em trabalho social com famílias - nona edição” conta com a participação de sete docentes

(seis do Departamento de Serviço Social e uma do Departamento de Economia e Relações Internacionais), estudantes de pós-graduação (PPGSS) e estudantes de graduação em Serviço Social (como bolsistas PROEX), além do apoio institucional do DSS e do CSE da UFSC.

As docentes da equipe de execução do projeto possuem formação profissional e trajetória acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) relacionadas aos temas e conteúdos a serem trabalhados – tais como: Políticas Sociais, Políticas Públicas, Saúde, Assistência Social, Trabalho com Famílias, Sociologia da Família, Família e Relações de Gênero, Formação Profissional. Neste sentido, além dos conteúdos nas disciplinas trabalhadas (em nível de graduação e de pós-graduação), da participação em projetos de pesquisa e de extensão universitária, da experiência profissional em serviços das políticas de saúde e assistência social. Pertinente também se constitui a produção intelectual do NISFAPS publicada em livros, artigos de periódicos científicos, anais de congressos, entre outras formas de construção e socialização de saberes/conhecimentos, conforme se verificam nos respectivos currículos da Plataforma Lattes (CNPq).

Em relação aos recursos materiais e equipamentos disponíveis para execução do projeto serão utilizados o espaço físico de salas de aula, auditório e laboratório de informática do CSE da UFSC para os encontros presenciais das atividades contidas nesse projeto de extensão.

6. PARTICIPANTES DO PROJETO (DOCENTES)

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski - CNM/CSE

Edilane Bertelli - DSS/CSE

Keli Regina Dal Prá - DSS/CSE

Liliane Moser - DSS/CSE

Michelly Laurita Wiese -DSS/CSE

Regina Célia Tamasso Miotto - DSS/CSE

Rúbia dos Santos Ronzoni - DSS/CSE

7. ARTICULAÇÃO EXTENSÃO, ENSINO, PESQUISA

O projeto de extensão, ao qual se vincula a presente solicitação de bolsas, está articulado às linhas de pesquisa e estudo do NISFAPS, voltadas às políticas sociais, serviços sociais, famílias e trabalho social, bem como possui estreita relação com as atividades de ensino na graduação e pós-graduação desenvolvidas pelos docentes integrantes do Núcleo, envolvidos nesse curso de formação/capacitação, em disciplinas como: Política Social, Política de Saúde, Política de Assistência Social, Política de Previdência Social, Família e Políticas Sociais, Serviços Sociais e Ação Profissional do Assistente Social, entre outras.

A realização desse projeto de extensão evidencia a pertinência dessa formação em face das necessidades apontadas pelos profissionais envolvidos no trabalho social com famílias nos

serviços das políticas de assistência social e de saúde, além do que, fortalece a interação entre universidade e comunidade no debate de questões para a formação profissional continuada, particularmente sobre a complexa, contraditória e conflituosa relação entre políticas sociais, famílias e proteção social na sociedade brasileira.

Essa experiência de extensão universitária, agora apresentada em sua nona edição, possibilitou indubitavelmente aos profissionais participantes repensarem suas concepções e práticas nos processos de trabalho social com famílias. Isto reitera a importância do aprimoramento e continuidade de ações de extensão que contribuam para as intervenções no âmbito das políticas sociais, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços assistenciais e de saúde ofertados às famílias e, assim, convergindo à sua cidadania e, não menos, à materialização do próprio projeto ético-político do Serviço Social.

Consoante ao exposto, esse projeto desenvolvido aprofundou a relação entre universidade e sociedade – princípio da extensão universitária –, seja produzindo impactos no planejamento e execução das políticas sociais por meio do compartilhamento e construção de conhecimentos, seja possibilitando o acesso à formação continuada, pública e gratuita, para a intervenção profissional de profissionais de várias áreas do saber, que trabalham em diferentes serviços dessas políticas sociais de diversos municípios na garantia dos direitos de cidadania. E, nesse sentido – em tempos de constantes ataques à educação e às universidades públicas – constituiu-se um espaço frutífero ao processo incessante e concomitante de formação e qualificação de docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação, e de profissionais de diferentes áreas de formação, intervenção e espaços sociocupacionais.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Atividades	2024										
	Mês										
	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Reuniões de planejamento e desenvolvimento do curso											
Atualização de informações sobre o curso no <i>site</i> do NISFAPS											
Contatos com a SETIC UFSC para abertura do ambiente virtual moodle grupos											
Construção e organização do conteúdo do curso na plataforma moodle grupos											
Construção do edital de divulgação do curso											
Abertura das inscrições do curso											
Recebimento das inscrições											

Seleção dos candidatos para o curso											
Produção de material didático para o Curso											
Desenvolvimento do Curso de Capacitação											
Registro por escrito dos encontros da equipe executora											
Assessoria aos participantes (<i>online</i> via <i>moodle</i> e fóruns de discussão)											
Produção de relatório da execução do Projeto e da participação das bolsistas de extensão											
Elaboração de artigos e trabalhos visando divulgação da experiência de extensão em eventos e revistas científicas											

9. PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES:

PLANO DE TRABALHO DE BOLSISTAS DA GRADUAÇÃO

Em relação ao perfil do/a estudante bolsista de Serviço Social a ser selecionada/o para o projeto de extensão deve contemplar: iniciativa e interesse de aprender; pró-atividade com autonomia para tomada de decisões; dedicação para as atividades propostas; responsabilidade e disponibilidade para as atividades elencadas.

Soma-se, em face dos propósitos do projeto em questão, o interesse de participar das demais atividades do NISFAPS. O projeto de extensão pretende contribuir com a formação dos estudantes de graduação na medida em que os aproxima: 1) com o cotidiano dos serviços de duas das políticas de seguridade social (saúde e assistência social); 2) com a realidade do exercício profissional e; 3) com as reflexões teóricas e práticas que envolvem o tema “trabalho social com famílias”.

Plano de Trabalho - Bolsista:

A/o estudante participará ativamente das atividades deste projeto e que incluem:

- Presença nas reuniões preparatórias;
- Contatos com prefeituras e profissionais para divulgação do curso;
- Controle de frequência dos inscritos nas atividades;
- Registro escrito dos encontros presenciais;
- Apoio na logística para realização da capacitação;
- Estudos e sistematização do conhecimento na área temática da capacitação;
- Orientação e fomento de informações aos participantes do curso via e-mails, plataforma moodle grupos e site do NISFAPS;
- Elaboração do relatório final do projeto de extensão.

Os estudantes bolsistas, através dessa participação na extensão universitária, aprimoram

seus conhecimentos nessa área constituindo-se profissionais melhor qualificados para atender determinadas demandas do mercado de trabalho no campo do Serviço Social e da Economia. Os estudantes serão orientados e acompanhados diretamente pela coordenadora do projeto e, indiretamente, pela coordenadora do NISFAPS, cuja avaliação será processual e consoante às atividades desenvolvidas.

10. REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete, *et al.* (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição Federal (CF/1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: *Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 27).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2. *Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*. Brasília-DF: MDS/SNAS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília-DF, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José S. C. (Orgs.). *Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência*. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Ed. UFPB, 2011.

DRAIBE, Sonia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo - reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*, São Paulo, n.24, p.86-101, 1993.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, 2005.

FONSECA, Claudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, André Luiz de (Org.). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.15, n.40, p. 228- 246, 2017.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: MDS; UNESCO. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, p.57-86, 2009.

MIOTO, Regina C. T.; CAMPOS, Marta S.; CARLOTO, Cássia M. (Orgs.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão*. Brasília, DF: SNAS-MDS, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.12, n.2, p.163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Helder B. M. (Org.). *Serviço Social: questões contemporâneas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, v. 1, p.125-138, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, p.215-231, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.25-42, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.112, p.729-753, out./dez. 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). *Trabalho com família no âmbito das políticas públicas*. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

TEIXEIRA, Solange Maria. *A família na política de assistência social: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina/PI*. Teresina: EDUFPI, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.13, n.1, p.4-23, 2010.

TRAD, Leny A. Bomfim (Org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.